

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 30 de janeiro de 2015

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota Explicativa	31.12.2014		31.12.2013	
Caixa e equivalentes de caixa	4	198.066	2.522		
Impostos a recuperar		2.203	33		
Outros créditos		245	6		
Total do ativo circulante		200.514	2.561		
Não Circulante					
Adiantamentos - partes relacionadas	5	375.893	1.252		
Ativo financeiro	6	138.692	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	11.746	-		
Projetos em andamento	14	-	16.307		
Imobilizado		10	-		
Total do ativo não circulante		526.341	17.559		
Total do Ativo		726.855	20.120		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Subscrito	A Integralizar		
Subscrição de capital em 3 de julho de 2013		170.000	(170.000)	-	-
Integralização de capital		-	20.000	-	20.000
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(54)	(54)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		170.000	(150.000)	(54)	19.946
Integralização de capital	8.1	-	150.000	-	150.000
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(22.756)	(22.756)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		170.000	-	(22.810)	147.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço ("Empreendimento"), incluindo manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas desse Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são geridos em conformidade com as disposições do edital de concessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrada em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Poder Concedente").

O cronograma do projeto prevê uma fase de obra com prazo máximo de 52 meses, com investimentos estimados entre R\$2 bilhões e R\$3 bilhões, e uma fase de exploração com prazo restante de 248 meses. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o Contrato PPP obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

3.1. Receita operacional

Receita operacional proveniente de contratos de concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as práticas contábeis determinam a utilização de modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado na construção da infraestrutura) e por uma parcela que remunera os serviços a serem prestados após o início das operações, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

A Companhia reconhece suas receitas quando o valor puder ser mensurado com segurança e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para ela. As principais fontes de receita da Companhia são descritas a seguir:

(i) Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando-se em consideração o método da taxa efetiva de juros.

(ii) Receitas de serviços incorridos após o início das operações, reconhecidas de forma linear e mensuradas no início da concessão, com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18).

(iii) Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções de infraestrutura. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1), e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem de fundos de caixa, recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias ou menos, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa com riscos insignificantes de mudança de valor, avaliadas ao valor justo.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade é parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(i) Correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.

b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis representam contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e que são classificados como "empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

(iv) Ativos financeiros "disponíveis para venda" correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "outros passivos financeiros".

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Outros passivos financeiros: incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.4. Debêntures

Registradas pelo valor nominal, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do exercício. São classificadas como empréstimos, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros, e contabilizadas pelo método do custo amortizado, líquido dos custos incorridos na captação, registradas de forma destacada em conta redutora do passivo.

3.5. Impostos diferidos

Reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e sobre o saldo de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é baseada no plano de negócios e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros proporcionarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, previstas na legislação tributária vigente, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.6. Usos de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas

e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A principal premissa é o entendimento do contrato com as análises das variáveis e interpretações de um contrato de concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	47	51
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	43.995	2.471
Operações compromissadas	154.024	-
Total	198.066	2.522

Em 31 de dezembro de 2014, o CDB e as operações compromissadas apresentaram rentabilidade média de 93,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. PARTES RELACIONADAS

	Finalidade	2014	2013
Ativo - Adiantamentos:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	(a)	139.081	1.252
Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.	(a)	48.866	-
Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A.	(a)	150.357	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	(a)	37.589	-
Total		375.893	1.252
Passivo:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.		288	7
Construtora Andrade Gutierrez S.A.		4	-
Total		292	7

Resultado - Custos de construção: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b) (37.729) - Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. (b) (13.108) - Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A. (b) (40.333) - Construtora Andrade Gutierrez S.A. (b) (10.083) - Total (101.253) -

(a) A execução das obras é realizada pelo Consórcio Construtor São Lourenço - CCSS, constituído por empresas do mesmo grupo econômico dos acionistas da Companhia. Os adiantamentos foram efetuados para a construção da infraestrutura objeto do Contrato PPP e são utilizados para abater custos de construção representados por medições e serviços prestados pelas consorciadas.

(b) Referem-se substancialmente à medição dos serviços prestados referentes ao contrato de execução das obras do Sistema Produtor São Lourenço.

Remuneração dos Administradores
O montante registrado em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R\$1.050 referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios. Esse valor está registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" no resultado do exercício. Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações.

6. ATIVO FINANCEIRO

A Companhia registrou os valores a receber como ativo financeiro em decorrência do direito incondicional de receber caixa do contratante do Contrato PPP, de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

Saldo em 31 de dezembro de 2013 - Adições - Receita de construção - Atualização (*) - Saldo em 31 de dezembro de 2014

(*) A remuneração do ativo financeiro é reconhecida mensalmente de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

7. DEBÊNTURES

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	2014
Debêntures	Abril de 2015	11% ao ano + TR	576.380
(-) Custos de transação a amortizar			(662)
Total			575.718

Em 8 de abril de 2014, a Companhia emitiu 53.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cauteles ou certificados, com valor unitário de R\$10.000. As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada da Taxa Referencial - TR e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 11% ao ano incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor unitário, desde a data de emissão até a data de vencimento. A remuneração será paga em uma única parcela na data de vencimento. De acordo com a escritura, as debêntures dessa emissão não estarão sujeitas à repactuação programada e determinadas condições, garantias e restrições em relação à solvência e reestruturação societária devem ser atendidas. A Administração monitora essas exigências, as quais vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

Foi considerada na elaboração do plano de negócio e na viabilidade econômica e financeira do projeto a utilização de financiamentos de longo prazo, e a liquidação das debêntures no prazo contratual considera, inclusive, a captação desses recursos a longo prazo. Em 4 de dezembro de 2014, foi assinado contrato de empréstimo de longo prazo cujas liberações estão previstas para ocorrer a partir de fevereiro de 2015.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$170.000, representado por 170.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de fevereiro e 19 de agosto de 2014, houve a integralização de R\$2.000 e R\$148.000 ao capital social, respectivamente.

8.2. Prejuízo por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo básico por ação.

	2014	2013
Prejuízo líquido do exercício	(22.756)	(54)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	170.000	170.000
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,1339)	(0,0003)

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas; por isso, não calculou o prejuízo por ação diluído.

9. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2014
Receita de construção	136.741
Impostos sobre receitas - diferidos	(12.649)
Receita líquida de serviços	124.092

10. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas, líquido de créditos tributários de R\$ 12.270, reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2014	2013
Custos de construção	(120.369)	-
Serviços de terceiros	(2.616)	(28)
Salários, encargos sociais e benefícios a empregados	(3.565)	(161)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo e outros	(969)	(1)
Outras despesas	(9)	-
Total	(127.528)	(190)

Classificados como: Custos dos serviços prestados - Despesas gerais e administrativas - Total (127.528) (190)

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras:		
Rendimentos financeiros	15.547	-
Variação monetária	1.951	137
Total	17.498	137
Despesas financeiras:		
Juros e amortização dos custos de captação sobre as debêntures	(48.076)	-
Despesas bancárias	(488)	(1)
Total	(48.564)	(1)
Resultado financeiro	(31.066)	136

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Produtor São Lourenço S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota Explicativa	2014	2013
Receita Líquida de Serviços	9	124.092	-
Custos dos Serviços Prestados	10	(120.369)	-
Lucro Bruto		3.723	-
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	10	(7.159)	(190)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(3.436)	(190)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	11	17.498	137
Despesas financeiras	11	(48.564)	(1)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(34.502)	(54)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	11.746	-
Prejuízo Líquido do Exercício		(22.756)	(54)
Prejuízo por ação			
Básico por ação ON - R\$	8.2	(0,1339)	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	2014	2013
Prejuízo líquido do exercício	(22.756)	(54)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(22.756)	(54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.502)	(54)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Juros e amortizações de custos de captação de debêntures	48.076	-
Impostos sobre receitas - diferidos	3	